

ATRIBUTO DE ALMA E CORAÇÃO PRATICADO: A VOZ DE RIVA BAUZER NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO (EBAP – 1965-1970)

Laura Henrique Corrêa*

lattes.cnpq.br/0597248063332756

Aline Lourenço de Oliveira**

lattes.cnpq.br/0185062410418264

Resumo: Este texto incide sobre a atuação feminina no período de implantação dos cursos de administração pública no Brasil. Para tanto, foram analisadas as publicações da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) durante o período de produção do periódico – 1954 a 1977. Neles, a autora que mais publicou foi Riva Bauzer, com os títulos: formação para administração pública I (1965), II (1966), e III (1970); nos quais expõe abordagens educativas que integraram o processo de surgimento da experiência brasileira de formação do administrador público. Em seus registros se identifica a frequente preocupação com a elaboração de saberes locais, produzindo lacunas no discurso mais ratificado da época. Ao final é possível perceber um posicionamento efetivado na percepção do educando brasileiro, seu território e particularidades, entoado por uma ação educativa que esbanja clareza e arte: atributo de alma e coração praticado.

Palavras- chave: Riva Bauzer; Narrativas femininas; Administração Pública; Historiografia; EBAP.

ATTRIBUTE OF SOUL AND PRACTICED HEART: THE VOICE OF RIVA BAUZER IN THE FORMATION OF THE PUBLIC ADMINISTRATOR (EBAP - 1965-1970)

Abstract: This text focuses on women's activities during the implementation of public administration courses in Brazil. To this end, the publications of the

* Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (Brasil). Contato: correalaura@hotmail.com.

** Doutora em Administração. Docente na Universidade Federal de Alfenas (Brasil). Contato: alinelourenco@unifalmg.edu.br.

Brazilian School of Public Administration (EBAP) were analyzed during the period of production of the journal - 1954 to 1977. In them, the author who most published was Riva Bauzer, with the titles: training for public administration I (1965), II (1966), and III (1970); in which it exposes educational approaches that integrated the process of elaborating the Brazilian experience of training public administrators. Its records identify the frequent concern with the elaboration of local knowledge, producing gaps in the most ratified discourse of the time. At the end, it is possible to perceive an effective positioning in the perception of Brazilian students, their territory and particularities, intoned by an educational action that oozes clarity and art: attribute of soul and practiced heart.

Keywords: Riva Bauzer; Female narratives; Public administration; Historiography; EBAP.

* * *

Introdução

O percurso histórico da administração pública, como relatado em grande parte da bibliografia comumente utilizada (BARROS, 2017; COELHO, 2006, 2019; COELHO; NICOLINI, 2013, 2014; SILVA, 1954, 1958) se inicia com a criação da primeira escola de administração pública, sendo esta, resultado de uma parceria que intentava implantar este curso no Brasil. Esta narrativa, bastante delineada, agora pretende tomar outros rumos, apontando existências menos demarcadas, mas que podem ser identificadas nos registros dos arquivos históricos, compondo o agenciamento que formaram os saberes público-administrativos no Brasil.

Dessa infinidade de seres muitas vezes apagados da história, não pela ausência de participação, mas pelo menor referenciamento, menor destaque na sua forte contribuição para a formação desses saberes, escolheu-se elevar a narrativa feminina através das publicações de Riva Bauzer durante o período de implantação do curso de administração no

Brasil, demonstrando sua intensa participação e estilo narrativo diferenciado do sujeito universal frequentemente encontrado nos registros da historiografia tradicional: homem, branco, privilegiado economicamente.

Em linhas gerais, a formação dos saberes em administração pública no Brasil foi permeada por ideias que ligavam a empiria, o saber prático e cotidiano à ausência de saber. Como resposta à criação desse pensamento, apontado como um problema de uma época, foram se materializando aos poucos a instituição educacional, até culminar em uma formação independente e formalizada; todavia, o percurso se deu entre diversos percalços.

As primeiras iniciativas foram expressas pela inserção de disciplinas de administração pública dentro da grade curricular de outros cursos superiores, como no de direito, de ciências sociais e até mesmo no de engenharia. Posteriormente, com a emergência de um estado com forte caráter administrativo, surge o ensino comercial, com cursos técnicos e superiores de administração e finanças. Essa primeira organização instável engendra a fortificação dos debates e movimentos que junto às necessidades do Estado e ao pensamento progressista da época, dão origem a primeira escola de administração pública no Brasil.

Para tanto, o percurso sugerido foi diferenciado dos habituais: primeiramente se identificou a formação de saberes concorrentes e, a partir daí, se elencou a historiografia para nos arquivos das publicações da escola em formação evidenciar os menos ratificados. Dentre eles, a narrativa feminina foi um encontro saboroso, nela, a expressão de Riva Bauzer presenteou os saberes da formação em administração pública, com uma voz que produz lacunas no saber mais ratificado da época, como será possível perceber ao final do percurso.

Os saberes concorrentes

Uma via possível de análise da formação dos saberes concorrentes na educação em administração pública é a abordagem dentro das práticas cotidianas de poder. Nela os sujeitos são constituídos dentro das relações com as verdades produzidas em uma época, ou seja, com o que se entende como saber verdadeiro, quem pode produzi-lo, em quais locais, a maneira como isso se formaliza, se reproduz, se registra, entre outras práticas que produzem o sentido de verdade de um saber na relação com o poder, que o autoriza ou não e, ainda, o eleva ou não, indo além do processo de conscientização e dos muros escolares específicos.

Nesse contexto, as instituições educativas se localizam em um plano vasto, entendendo que a atuação do poder se dá em quaisquer relações, seja entre instituições, grupos ou mesmo indivíduos. Esse posicionamento desloca as análises para campos mais amplos: arquiteturas, corpos, expressões, entre outros, que compõe a teia de relações expressas como educativas, aspecto que se buscou privilegiar neste estudo, dentro de um olhar que considera os grandes poderes, mas amplia o escopo de análise para a educação operada também por processos menores, porém de forte impacto nos cotidianos de governamento, condução de condutas e produção de subjetivação dos indivíduos nos diferentes espaços.

Desta maneira, o núcleo da liberdade passa a ser observado como processo de liberação em suas mais diversas relações. Como explica o professor Silvio Gallo (2019, p. 196) “Freire pensou a educação como prática da liberdade; Foucault, por sua vez, pensou em práticas de liberdade”. Isso implica em um distanciamento das essências e núcleos de poder arrebatadores, para uma prática de regulação constante entre os pares poder e liberdade, situados em possibilidades históricas, regionais e locais.

Em outras palavras, a educação que pratica a liberdade busca salvar-se de condições de opressão, em uma tonalidade esperançosa de livrar-se de algo que conduziria ao fim dos males educativos. Já a educação por práticas de liberdade busca ações entre as tramas constantes de conduzir e ser conduzido, não existindo a liberdade absoluta nem a superação do presente em um futuro a ser construído. Nesse ponto se pode inferir que as práticas de liberdade incitam a produção de outras relações, outros espaços, especificamente agora.

Essa postura apresenta um deslocamento de olhar quando a análise é feita focalizando a produção de saberes nas tramas de poder. Eles se mostram concorrentes em uma época, determinando suas cristalizações e esvaecimentos, efeitos de embates constantes dentro das relações entre os seres, que produzem e se produzem concomitantemente.

Deste ponto de partida os saberes não estiveram impedidos de falar por um forte opressor, mas sim, os que manifestos, foram menos ratificados em determinada época em suas condições de vida, produção e reprodução. O resgate desses discursos em tempos hodiernos pode significar, em alguma medida, a elevação dessas vozes que estiveram presentes, em práticas de liberação na atualidade, integrando a potência desses saberes para a elaboração de práticas outras na educação atual.

A perspectiva historiográfica e o feminino

A historiografia, segundo Albuquerque Júnior (2019, p. 39), “foi por muito tempo uma escrita de homens. Homens a tentar fixar o que de grandioso e memorável fizeram outros homens”. Muito além dos arquivos escritos, o próprio corpus, ou seja, a aparição da figura feminina nestes, também é apontada por Albuquerque Júnior (2019,

p.40) como um “corpus mutilado, pois dele estiveram ausentes as mulheres, as crianças, os pobres, os loucos, todos aqueles que não faziam parte da casta dos homens que contam e merecem ser contados”. Esse diagnóstico do historiador remete a uma questão fundamental: o passado dos historiadores seria então uma meia-verdade, ou mesmo uma ficção na qual a fantasia masculina de poder, exploração e dominação se imporia aos infames fatos cotidianos e não homéricos?

Margareth Rago historiadora e pesquisadora das práticas culturais e de gênero, assevera a importância desse alargamento da historiografia e a contribuição que esse processo oferece de presente aos conhecimentos:

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas (RAGO, 2010, p. 81).

A produção historiográfica que apresenta como tema central a participação das mulheres nos diversos acontecimentos históricos, compõe uma crítica social à historiografia que negligencia as construções culturais dos agentes e suas experiências de vida, composta pela multiplicidade de atores: homens, mulheres, crianças, idosos, animais, objetos; entre outros que compõe o espaço de troca, de saberes. Rago (2010) enfatiza que essa maneira de reencontrar a história é uma prática que acompanha o crescente interesse dos estudos interdisciplinares, e desta maneira, das formas de saber que foram/são negligenciadas.

O cientista social Cesar Alvarez (2010, p. 14) corrobora com tais visões, acrescentando que “o sexo é um poder político” exercido tanto para a normatização dos comportamentos individuais quanto para a

gestão das populações, reproduções, entre outros aspectos da vida privada que foram tomados pelo gerenciamento das populações. Essas tecnologias de poder que transformaram as mulheres em objetos de suas ações é que produziram as lutas femininas e o consequente debate nas mais diversas áreas do saber.

A crítica feminista então começa a cumprir sua atuação na ciência, o que segundo Bandeira (2008, p. 207) estabelece uma “ampliação nas formas de pensar e agir para a construção dos saberes”, pois ainda que a ciência não tenha gênero, a representação das formas de pensar, a presença nos espaços com determinadas posturas e temas da pesquisa científica, sempre tiveram o caráter masculino, disfarçado de neutralidade.

Em um olhar mais atento ao aparecimento feminino nessas narrativas, é possível observar mulheres que aparecem como sombras em narrativas masculinas, e expressões de falas femininas dispersas nos arquivos, afinal de contas, a narrativa “misógina” só pode ser impulsionada pelo medo da diferença, assinalada no corpo feminino, corpo objeto (que não pode se tornar sujeito de sua própria história), corpo marcado (que se define por uma ausência de um falo), corpo ameaçador (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019).

Outro ponto a salientar é o perfil da narrativa, a recusa do poético, do literário, da dimensão do sensível, dos aspectos que frequentemente são apontados como “fora” da academia científica dos saberes e que, não surpreendentemente, conjugam com o perfil masculino de racionalidade que preside ou, o que Albuquerque Júnior (2019, p.46) vai denominar de “epistemologia do armário”, uma maneira de produção de conhecimento que interdita formas de expressão, assuntos, palavras ou, dentro do que Judith Butler (2018, p. 24) descreve como “molduras pelas quais apreendemos”, que nunca contém a cena que se pretende ilustrar, um enquadramento.

Nesse aspecto, Albuquerque Júnior (2019, p.40) assevera que “dependendo das regras que obedece, continuará sendo uma narrativa masculina, mesmo tendo como agente mulheres”. Essas outras maneiras de dar forma às narrativas históricas, requer pensar os códigos que normalizam e distribuem os saberes e poderes em um sistema acadêmico, que pode ser muito mais abrangente do que o míope privilégio do “não pensamento em nome da normatividade” (BUTLER, 2018, p. 197).

Elaborar um estudo pela historiografia que não privilegia a normatividade, ou seja, marcos históricos e personagens ratificados, mas elevar relações e conflitos comuns, cotidianos, que se inscrevem nos/pelos corpos no mundo. Então a história ganha a potência de derrubar máscaras identitárias e binariedades, afinal de contas, os arquivos são plurais, e evidenciá-los derruba unicidade confortante, pela simples manifestação de expressões menos evidenciadas. Nesse entendimento, os seres podem se apresentar como diferença, produzidas nessa dispersão das práticas e na elevação de narrativas menos ratificadas pela necessidade de poder da época.

Dito de outra forma, é a exploração do mesmo arquivo que possibilita e convoca à saída dos domínios, expressa rastros e impulsiona o registro de acontecimentos por diversas vias, e, nessa passagem, se encontra o alimento para narrativas de ruptura e saídas possíveis ao enquadramento habitual. É nessa exploração do mesmo que o olhar repousa na presença dos corpos e na expressão da vida. Aqui, a história guarda a potência infinita de recontar-se. Buscar a narrativa feminina nos mais variados documentos, tece uma pequena parte desse reencontro, que neste pequeno estudo se ancorou na constituição dos saberes em administração pública, no período de implementação da primeira escola no Brasil, apresentado na voz da autora, professora e pesquisadora Riva Bauzer.

Metodologia

Para analisar o surgimento do saber público-administrativo na experiência brasileira, o arquivo foi tomado como espaço de registros das materialidades e signos considerados como verdadeiros, em uma época. Nesse diapasão, para escolha deste arquivo, se buscou um material que não fosse a narrativa histórica mais ratificada. Em uma primeira triagem de artigos e teses, foi identificado que Benedito Silva – o então diretor da Escola em fundação – foi o autor que mais teve publicações sobre a implantação do ensino de administração pública no Brasil e, também, que mais aparece em referenciais de trabalhos posteriores sobre o período. Desta maneira, este foi o conjunto da história questionado, buscando outros discursos, outras presenças.

Após esse levantamento preliminar das publicações em quantidade, foi efetuado o recorte, selecionando os cadernos da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) durante todo o período de publicação, que ocorreu de 1954 a 1977. Identificadas as formações mais ratificadas, buscou-se trabalhar sobre aparições, tentando decifrar possíveis ligações da prática cotidiana que culminaram na predominância de uma produção de sentido. As funções laborais, a posição na hierarquia social, a interligação com outros órgãos de poder, entre outras. Ao registrar esse mapeamento, atentando aos aliados dos saberes produzidos que marcam a presença nos arquivos frequentemente e os que apareceram como espasmos, acidentes, emerge com nitidez a mulher. Assim foram selecionados os arquivos de narrativa feminina, dando destaque para o que teve maior número de publicações diferentes, o de Riva Bauzer.

A pesquisadora realizou o primeiro acompanhamento de uma turma de estudantes, entre 1965 e 1970, que se apresentam em três volumes: formação para a administração pública I: seleção de candidatos para o curso superior de graduação da escola brasileira de

administração pública (1965); formação para a administração pública II - vestibulandos, ebapianos e bacharéis em administração pública: aspectos da formação universitária para o exercício das mais altas funções de administração pública no Brasil (1966); formação para a administração pública III: um estudo sobre escolha ocupacional e preparação profissional (1970).

A opção por utilizar a narrativa de Riva Bauzer como de maior destaque se deu por esta ocupar seus escritos especificamente da temática: ensino de administração pública; descrevendo registros durante o acompanhamento de uma turma, com escritos publicados em três anos, o que possibilitou explorar a beleza de sua escrita, suas concepções de educação e educandos, suas críticas ao modo de produção científica e a importação de saberes.

Riva Bauzer: a formação do administrador público com clareza e arte

Riva Bauzer foi professora da Escola Brasileira de Administração Pública, deixando seus registros publicados nos periódicos que se efetuaram durante o acompanhamento de seus alunos. Muito além da descrição biográfica, neste estudo a focalização foi diretamente em sua narrativa, para que esta, mais do que as características pessoais da autora, possam testemunhar por si.

Riva constitui sua marca por meio da inserção de narrativa por caminhos e expressões menos ratificadas, acrescentando o diálogo com discentes; o que se contrapõe ao predominante, abrindo a possibilidade de observar as muitas das lutas que se mantém em voz mais baixa dentro do espaço, em suas sedimentações, como as apresentadas por Bauzer:

A própria palavra ciência é frequentemente aplicada a um conjunto organizado ou sistematizado de conhecimentos chamados objetivos, embora em realidade talvez fossem mais bem descritos como conhecimentos significativos, passíveis de verificação. Talvez, por isso, algumas pessoas menos avisadas acreditam que certos ramos do saber são científicos ao descreverem objetos ou coisas tangíveis, enquanto outros setores permanecem não-científicos ou a-científicos porque descrevem aspectos da realidade demais difícil ponderação ou avaliação. Na verdade, podemos dizer que existe, em determinados campos do saber, maior certeza científica que em outros (BAUZER, 1965, p. XIII).

A partir dos signos dispostos à ciência Bauzer descreve que também é possível percorrer campos de menor ratificação social, abrindo os ramos do saber a uma produção de memória à partir da instituição, de seu corpo presente, de suas publicações, mas também da prática dos educandos, dos acessos dos corpos, dos sucessos e insucessos e, principalmente, na identificação das dificuldades que a turma acompanhada apresentou. Em suas três publicações a introdução engendrava a perspectiva das pesquisas, que privilegiava a experiência brasileira:

O objetivo desse programa é o enriquecimento de nossa bibliografia especializada, com trabalhos que espelhem a experiência brasileira e encerrem a reflexão dos estudiosos de nossa problemática administrativa [...] A Escola Brasileira de Administração Pública, ao acrescentar esta série ao já volumoso caudal de publicações da Fundação Getúlio Vargas sobre o tema, o faz com especial prazer, por se tratar de trabalhos inteiramente voltados para nossa realidade, destinados a contribuir para a elaboração de uma doutrina e o desenvolvimento de uma literatura genuinamente brasileira no campo da administração pública. [...] A pesquisa começará assim, dentro de casa (BAUZER, 1965, p. 3; 1966, p. 3).

Em uma trilogia que registra experiências brasileiras defronte ao processo de transferência de saberes administrativos, ainda que não aponte essa perspectiva, deixa evidente o tensionamento promovido

pela ausência de literatura brasileira e o direcionamento maior aos esforços de importação de conhecimentos, trazendo poucas referências à produção dos saberes locais e expondo a desconexão desses com as práticas brasileiras. Tais enunciados ao longo das publicações de Bauzer, vão sendo descritos em maior ou menor grau, porém permeia toda a investigação publicada, formando o ponto referente desses enunciados, seu princípio de diferenciação.

Na materialidade apresentada nos registros, a autora se refere sempre ao campo formativo do administrador público: em 1965 foi focalizado o processo seletivo de ingresso; em 1966 a “realidade perceptiva” dos educandos e, em 1970 se incorporam as narrativas dos bacharelados acompanhados. Essa agremiação em sua totalidade constitui um apanhado amplo sobre ingresso, rendimento escolar, clima estudantil, corpo docente, entre outros pontos, que concluem a racionalidade aplicada às suas publicações: a argumentação por maior integração das significações dos corpos às significações dos saberes locais produzidos, contrapondo aos acontecimentos de predominância de transferência de saberes, fortemente enfatizados na época. Isso é possível perceber claramente em sua escrita:

[...] investigações no complexo terreno da aprendizagem, envolvendo motivação da conduta, fatores de percepção, carga emocional presente, são ainda mais necessárias do que o estudo da metodologia do ensino de várias matérias, incluídas aqui pesquisas sobre métodos que melhor nos permitam avaliar a capacidade de memorização de nossos estudantes [...]. A aprendizagem que permanece apenas no plano cognitivo, sem se transformar em parte integrante do sistema interno do estudante, manifestando em seu comportamento, tenderá à compartmentalização, deixando de afetar significativamente a solução de problemas apresentados pela vida. [...] Ninguém vale pelo que sabe, mas sim pelo que faz com o que sabe (BAUZER, 1965, p. 3).

A sinalização para a aprendizagem que não chega à prática do educando, e que, portanto, não faz inferências cotidianas de relevância em seu meio, demonstram a fragilidade de um sistema que se implanta pela via de importação e desvalorização do empírico em seus corpos e fazeres. Esse feixe de relações explana a noção de regra geral do enunciado de Bauzer, emergindo notícias dos acontecimentos que deram corpo a formalização dos saberes em administração pública, em seu arquétipo transplantado e sua tentativa de fuga pela via de outro discurso concorrente, que privilegia o que se internaliza e o que se faz.

Riva também tece críticas ao sistema de seleção utilizado, o qual considerava apto academicamente o educando que apresentava *scores* satisfatórios em inventários de personalidade, classificando os ingressantes em níveis. Nesse processo argumentando a necessidade de valorização da língua portuguesa, da formação básica dos educandos, e da elaboração pela própria escola de instrumentos condizentes com suas necessidades, a autora propõe alterações, pois ao seu modo de compreensão a seleção dos alunos deveria passar por:

[...] um curso preparatório para o vestibular da EBAP, organizado e supervisionado pela própria escola. Desta forma só se garantiria uma seleção mais cuidadosa e adequada, mas, ainda, poder-se-ia cuidar da formação prévia do ebapiano, por exemplo: em termos de matemática, de inglês e do que é mais importante ainda [...] de PORTUGUÊS! (BAUZER, 1965, p. 28, grifo da autora).

O grifo da autora no trecho explana a acentuação na elaboração própria de saberes visando o educando brasileiro e suas características, aspecto que se expressa sutilmente em diversos momentos no documento. Outro ponto que Bauzer assevera são as dificuldades geradas pela implantação de práticas pré-determinadas: as deficiências no processo de recrutamento, vaga e incompleta imagem do curso pelos ingressantes, alta taxa de evasão, falta de prestação de benefícios à instituição e aos educandos, extensa bibliografia em língua inglesa,

falta de condições para produção de bibliografia em língua pátria, e uma montanha russa de conhecimentos matemáticos.

No ano posterior a primeira análise de Bauzer, a EBAP implementa, com dificuldades financeiras, o curso preparatório para candidatos ao ingresso na escola, o que leva Riva a dar mais um passo. Além de continuar monitorando os dados estatísticos do curso e fazendo diagnósticos e recomendações, o que permeia todo seu trabalho, ela passa a apontar a formulação dos conhecimentos entre os viventes em contato, em suas percepções, interações e diferenças, como demonstra:

[...] sabemos que o que outros pensam de nós exerce poderosa influência sobre nossa conduta nas mais variadas situações de vida. Agimos em função do que acham que se espera de nós e acabamos nos empenhando na representação de papéis que, julgamos, nos tenham sido atribuídos. A “realidade perceptiva” varia com o espectador e percepções diferentes da mesma situação ocorrem, com frequência quando estão envolvidos vários observadores. O estudo das diferenças de percepção brinda-nos, em geral, com um sem número de surpresas. De saída distinguimos facilmente algumas diferenças entre essas pessoas, tais como: idade, status, autoridade, poder, etc., que podem criar barreiras impeditivas a uma comunicação livre, ampla, em duas vias (BAUZER, 1965, p. 29).

O que a pesquisadora utiliza como temática é a realidade perceptiva, adentrando ao campo dos embates constantemente produzidos. Essa nítida preocupação com os governamentos entre os próprios educandos e também com os educadores que integram a composição do ambiente, se apresenta como um brinde às surpresas e diferenças, demonstrando a valorização que Bauzer insere na relação entre os sujeitos e suas percepções, como fonte de ampliação e/ou impedimento das comunicações com maior grau de liberdade dentro de uma diversidade apontada como positiva.

Elá considera a educação a partir de uma relação “caprichosa” com disputas por saberes, ocorrendo um tensionamento da educação, que conforme sua característica, pode ser considerada mais espontânea ou mais científica. Em sua narrativa esses aspectos não se sobrepõem as condições de cada comunidade ou cultura, como é possível verificar:

Quando, levado pelas melhores intenções, o mestre-escola persegue no aluno o erro, não atenta em que nem sempre o erro está do lado de lá, no estudante, mas também do lado de cá, ou seja, no professor, no programa, na organização da escola, na sistemática do ensino, nas leis que o estruturam, nos vícios e embaraços da comunidade a que serve. Dificilmente haverá processo mais caprichoso do que o da educação. [...] entre as mais diversas modalidades, correspondendo a objetivos tão diferenciados, a educação se desdobrando mundo, desde as sociedades primitivas às que pregam, em alto grau, a tecnologia: oscila entre a educação espontânea e o cientificismo aplicado às técnicas da vida e da produção. Se as condições de cada comunidade ou cultura já não impusessem diferenças substanciais nos processos educativos, haveria ainda a considerar, na mesma comunidade, a concomitância de tantas teorias, em disputa na sua aplicação e nesses efeitos [...] (BAUZER, 1965, p. 143).

O apontamento das dificuldades em ambos os lados, seja do educador ou do educando, considerando a cultura e as diversas teorias presentes, demonstra a compreensão do meio social como ponto fundamental das práticas educativas, argumentando ainda que sutilmente, a favor da elaboração da experiência brasileira de educação em administração pública dentro dessa ótica que percebe os acontecimentos em suas lutas.

Nesse aspecto Riva Bauzer reuniu as expressões dos educandos, que questionados em suas percepções ajudaram a autora a estabelecer um mapeamento, que decalca aspectos da subjetividade não apenas como um dado, mas compõe uma narrativa de contraconduta exposta no que descreve como realidade. Diz Bauzer:

Continuaremos divorciadas da realidade se prosseguirmos avaliando o rendimento do trabalho escolar, de alunos e de professores, pela contagem de aprovações e diplomações concedidas, pelo cálculo de médias parciais e finais alcançadas, ou ainda pelo rigoroso cômputo da frequência às aulas. Necessário, porém, setor na, e com a devida urgência, levar em conta a contribuição que o aluno tem para oferecer, nesse intercâmbio educativo de ensino-aprendizagem. [...] Crescemos verdadeiramente quando crescemos juntos, educandos e educadores (BAUZER, 1965, p. 123-124).

A contribuição da experiência do educando é demarcada junto ao mesmo processo do educador, propiciada na elaboração coletiva através da valorização dos saberes dos seres que a produzem. Ainda que pela expressão de objetivo progressista bastante difundida no período, as narrativas de Riva, por um lado valorizam o intercâmbio interno, e, em outra ponta, explanam o sistema educativo em implantação, com o silenciamento das contribuições dos educandos e apagamento dos espaços e culturas, constituindo desta maneira, em sua própria publicação, uma resistência, inerente a tecnologia de poder difundida.

Nesse campo, local onde o poder se mantém em movimento constante, seja no discurso, seja no governo das condutas externas e internas, a captação das percepções que a pesquisadora faz gira em torno de outro eixo integrado, o da subjetividade, do que as experiências constituem em um processo educativo mediado pelas relações com os outros.

Essa inserção movimento do eu e do outro traz referências não a uma identidade fixa, mas ao estabelecimento das diferenças, o que a autora destaca como um brinde. O explanar dessas diferenças constitui uma forma de resistência que luta contra o privilégio de um saber preestabelecido, prescrito, de caráter normalizador e que toma como objetivo a limitação das condutas, na exigência de mecanismos

disciplinares e/ou avaliativos. Em sua posição, Bauzer questiona tais processo de avaliação:

Que é, em última análise, avaliar? Avaliar é essencialmente julgar. Tal como indica a origem da palavra, quando avaliamos julgamos o valor de alguma coisa. Praticamente todo trabalho de avaliação envolve comparação de fatos, evidências e valores com algum tipo de padrão. [...] O dicionário Webster dá como primeira definição de padrão (pattern): “tudo aquilo que é proposto para ser imitado; arquétipo; paradigma” (BAUZER, 1970, p. 52).

O posicionamento de recusa da repetição, imitação do padrão, que os processos avaliativos inserem e reforçam, em detrimento da reflexão e criação, integra sua narrativa em um paradigma oposto ao predominante na época. Esse posicionamento de recusar a máscara identitária que se apresenta para afirmar a própria existência, seja do curso, seja dos seres que ali o fazem, passa necessariamente pela via do questionamento do estabelecido e do que se impetra a reproduzir. Em outras palavras, essa denúncia do sujeito colocado ao exame das respostas adequadas aos estímulos dados, é ponto de resistência à normalização do implantado e, ao mesmo tempo incita reflexões e outras práticas.

É indispensável observar que a resistência se estabelece em termos de pequenas emergências que irrompem as forças por acontecimentos, formando pequenos pontos de insurreição dos poderes dominados, seja nos espaços, nos saberes ou nos modos de subjetivação. Dito de outro modo, as narrativas de Riva Bauzer apresentam linhas de força que atravessam e compõem essa relação de movimento, evidenciando a resistência contida em todo poder. Assim emerge, como em todas as relações, eclosões de poder e resistência, em suas belezas, como é possível observar nessa expressão:

Oxalá possa esta investigação sugerir adoção de meios eficazes na estimulação da compreensão e respeito mútuos

que devem presidir, em todos os momentos, as trocas interativas dentro de um grupo saudavelmente organizado e que se mantém coeso em atitude de apoio aos objetivos comuns visados (BAUZER, 1970, p. 101).

Trocas interativas, constantes e enriquecedoras dos saberes em constituição são enfatizadas e a utilização de palavras como “Oxalá” aponta mais um assentamento de conhecimentos locais dentro da pesquisa elaborada, uma referência manifesta no apreço de Riva à “participação coletiva dos seres humanos na concatenação dos fatos históricos” (BAUZER, 1965, p. 126), que incorpora saberes, espaços e discursos. Nessa inferência, é fácil perceber a concepção de Riva, onde a formação do administrador público só pode se constituir integrada em seu coletivo, e, não pode se desvincilar do exercício de sua reflexão, vivência constante:

Não é difícil concluir que o desempenho das funções de administrador depende muito da pessoa que a exerce. O administrador será sempre ele (ou ela), isto é, quem ele é, aquilo que aprendeu, a maneira pela qual organizou sua experiência vivencial (BAUZER, 1970, p. 15).

A elevação do indivíduo administrador em sua coletividade e o não aparecimento da narrativa de submissão aos saberes pré-elaborados na composição do mapeamento de formação feito por Bauzer, demonstra a preocupação com a centralidade dos seres e das práticas construídas. Essa elevação das práticas constitui uma denúncia que não espera soluções em um futuro onírico, mas sim tem o objetivo de opor-se sutilmente às formas de poder que transformam os indivíduos em assujeitados, pela dependência de uma instituição, um saber, um corpo, ou mesmo pelo controle que é estabelecido dentro dos próprios indivíduos, em sua subjetividade operando em prol de um modelo de agir profissional almejado que vem de fora.

Desta maneira, a narrativa feminina de Riva Bauzer dá notícia das práticas outras que sempre estiveram presentes desde os primeiros registros de criação da escola de administração pública em território brasileiro, todavia por uma expressão menos ratificada pelo poder, mas que se mostra potente na atualidade para tensionar a elaboração de múltiplas experiências brasileiras desse saber por outras vias.

Marcando a expressividade feminina, Riva Bauzer encerra a sequência de publicações, da mesma maneira que faço, citando Guimarães Rosa, que considera a definição “com clareza e arte” do líder em administração pública como atributo de alma e coração praticado:

Alma exercida. E coração. Coração, é indispensável; todos sentimos porquê. O dever, mesmo, vem dele. Entanto que dever e pudor compelem-no a pelejar oculto” (GUIMARÃES ROSA *apud* BAUZER, 1970, p. 128).

Considerações finais

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019, p. 23) infere que “a configuração da história é narrativa, que seus elementos se configuram no momento de sua exposição. Essa configuração se dá em um campo de forças”, ou seja, a narrativa é inserida como prática que não se apoia em constâncias e não tem pontos fixos. Nesse entendimento, o que é observado pela via do reconhecimento, da repetição, continuidade, passa a ser descontínuo, retirando a estabilidade, expondo, na narrativa histórica que se levanta, como são constituídos saberes sobre os corpos e sujeitos, sendo desenvolvidas técnicas de classificação que respondem a determinada necessidade de uma época, envoltas pelo poder.

Tal diagnóstico, não apenas descreve, mas parte da elevação de discursos com menor visibilidade, para pensar como se pode ser de

maneira diferente, pensar de outra maneira, se produzir em discursos distintos, admitir outros saberes. Nessa compreensão, que entende os saberes produzindo os sujeitos; e, também, como eles são objetivados em seus diferentes campos e agremiações, é possível observar o poder entrelaçado ao saber operando com e sobre a constituição das materialidades e subjetividades.

Esse movimento investigativo além de fortalecer o estabelecimento de múltiplas narrativas presentes, aponta a possibilidade de reativação dessas, com suas especificidades, que podem ser potentes à construção do modelo de ensino de administração pública mais próximo das vivências nos territórios, ou seja, mais condizente com o cotidiano refletido do que com a replicação de modelos preexistentes.

Recontar essa versão do outro lado do prisma confortante nem sempre traz balizas seguras, mas engendra a potência dos simples e belos novos encontros, que comprovam a diferença inerente aos seres e à vida. E é nessa multiplicidade que esse percurso se fez, para recontar o período em que emergiu a formalização dos saberes dentro e uma área bastante dura, os estudos administrativos.

Conhecer o território da formação do administrador público, a estruturação da educação em torno desse saber, encontrar aliados através de outros estudos que contemporaneamente versam sobre práticas outras na área, demarcar o ratificado e encontrar o que aparece em lacunas, foram os caminhos que levaram a efetuar o recorte das narrativas femininas, descoberta que propiciou muitas alegrias.

Colidir abruptamente com as características dessa narrativa é algo vigoroso. Seu recheio é feito de contracondutas e espasmos sutis contra os poderes estabelecidos, elaborados nos embates cotidianos, nos saberes se constituindo das experiências, nas temáticas diferenciadas, nas escutas como processo, nas palavras abrasileiradas e na poesia presente. Tudo isso expresso no mesmo arquivo acadêmico

que em sua predominância despreza a empiria, é de arrancar as mais impetuosas risadas.

A atuação de Riva Bauzer parece incorporar traços dessa descontinuidade, tangencial ao poder predominante e que intenta a não replicação dos modelos preexistentes. A autora frequentemente, em sua sutileza, abriu linhas de estratificação, lacunas no discurso mais ratificado da época por práticas em contraste com a metodologia e saberes que se importava, demonstrando sua frequente preocupação com a elaboração de ações locais. Talvez seja esse o panorama apresentado como possível por Riva Bauzer.

* * *

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos:** o historiador como artesão das temporalidades. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALVAREZ, César. Sexualidade, poder político e técnicas disciplinares. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, v. 10, n. 335, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao335.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.
- BARROS, Amon. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. **Cadernos EBAP. BR**, v. 15, n. 1, p. 88-100, 2017.

- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.
- COELHO, Fernando de Souza. **Educação superior, formação de administradores e setor público:** um estudo sobre o ensino de administração pública em nível de graduação no Brasil. 2006. 151 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- COELHO, Fernando de Souza. **História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006):** antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas. Brasília, DF: Enap, 2019.
- COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2014.
- COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 403-422, 2013.
- GALLO, Sílvio. **Aleturgias e práticas de liberdade no campo educativo.** In: Foucault e as práticas de liberdade II. São Paulo: Editora Pontes, 2019.
- RAGO, Margareth. O natural não é ser homem ou mulher. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, v. 10, n. 335, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao335.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- SILVA, Benedicto. Assistência técnica em administração pública. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 49, 1954.
- SILVA, Benedicto. Gênesis do Ensino de Administração Pública no Brasil. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 49, 1958.

Fontes

- BAUZER, Riva. Formação para a administração pública: seleção de candidatos ao curso superior de graduação da EBAP. Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações. **Cadernos de Administração**

Pública, Rio de Janeiro, n. 77, n.56, 1965. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13301?show=full>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BAUZER, Riva. Formação para a administração pública - II: vestibulandos, ebapianos e bacharéis em administração pública: aspectos da formação universitária para o exercício das mais altas funções de administração pública no Brasil. Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 77, n.63, 1966. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12393>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BAUZER, Riva. Formação para a administração pública - III: um estudo sobre escolha ocupacional e preparação profissional. Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 77, 1970. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12419/000020279.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Recebido em 28 de março de 2020.
Aprovado em 28 de maio de 2020.